

## 上訴案第 684/2024 號

上訴人：A

### 澳門特別行政區中級法院合議庭判決書

上訴人 A 於第 CR4-18-0262-PCC 號卷宗內，因觸犯一項第 17/2009 號法律第 8 條規定及處罰的「不法販賣麻醉藥品及精神藥物罪」，被判處 7 年實際徒刑。

判決已生效，上訴人現正在服刑，將於 2024 年 12 月 4 日服完全部徒刑，並且已於 2022 年 8 月 4 日服滿了 2/3 刑期。

刑事起訴法庭為此繕立了第 PLC-254-19-1-B 號假釋案。在此案中，尊敬的刑事起訴法官於 2024 年 8 月 2 日作出批示，否決了上訴人的假釋。

上訴人 A 不服上述決定，向本院提起上訴：

1. 上訴人在第四刑事法庭合議庭普通刑事案第 CR4-18-0262-PCC 號卷宗內，被裁定因觸犯經第 10/2016 號法律修改的第 17/2009 號法律第 8 條的規定及處罰的一項「不法販賣麻醉藥品及精神藥物罪」，被判處七年實際徒刑；上訴人向中級法院提起上訴，但上訴被駁回。
2. 上訴人於 2017 年 12 月 4 日起被拘留，並自 2017 年 12 月 5 日起

被羈押於路環監獄。其刑期將於 2024 年 12 月 4 日屆滿，並於 2022 年 8 月 4 日服滿申請假釋所取決的刑期。

3. 上訴人的第一次及第二次假釋聲請皆被否決，本次為上訴人之第三次假釋申請。
4. 上訴人初犯，本次為首次入獄，作出本案犯罪行為時年的 34 歲。
5. 上訴人現年 40 歲，於香港出生，入獄前與已退休之父母同住。上訴人於 2007 年結婚，並於 2012 年離婚，兩人育有一名女兒；女兒(現時 14 歲)跟隨上訴人的前妻生活，上訴人於入獄前每月支付女兒的生活費約 3,500 港元。
6. 上訴人服刑至今的六年八個月，餘下刑期為四個月。
7. 根據上訴人在監獄的紀錄，其曾分別於 2021 年 4 月 12 日及 2021 年 4 月 21 日有過兩次違規記錄，皆是因上訴人不熟悉規則所致，並非故意違規，而相關的違規情況亦不嚴重，且自此再無違規紀錄。
8. 上訴人透過信件作出聲明 ( 見卷宗第 248 頁至第 250 頁 )，當中尤其表示對自己所犯的罪行深感自責和後悔，因自己入獄而不能陪伴於年幼的女兒及年老的父母身旁，為了避免重蹈覆轍，其在獄中閱讀書籍及參加講座，加強自己防止重犯，糾正以往的錯誤。
9. 現時上訴人被界定為信任類，其在服刑期間行為的總評價為“良”。
10. 根據卷宗第 210 至 216 頁的假釋報告，表示上訴人在獄中態度積極，悔改態度明顯，守法意識提升，入獄前工作的公司表示願意聘用上訴人，顯示上訴人已具備重返社會的條件，建議給予假釋，讓其早日重返社會。
11. 上訴人亦表示如獲得假釋，將返回入獄前從事的物流公司工作賺錢養家。
12. 上訴人現坦誠承認自己的過錯，經過被判刑期間的反思，其已明

白到自己的行為對社會造成負面影響，為此感到悔疚並承諾不會再犯。

13. 自上兩次假釋被否決後，上訴人明白到自己對重返社會的準備仍有所不足，故在過去一年，其時刻謹言慎行、靜思己過，現時已對重返社會作好準備。
14. 尊敬的刑事起訴法庭法官 閣下認為結合作案事實情節，上訴人未符合《刑法典》第 56 條第 1 款 a 項及 b 項的特別預防及一般預防的要件。
15. 對此，在絕對尊重原審法庭所作出之分析的前提下，上訴人認為其已符合可《刑法典》第 56 條可予以假釋之所有前提。
16. 在特別預防要件的否定依據上，原審法院指出雖然看到上訴人的人格呈正向演變，但考慮到上訴人被判刑的犯罪情節、生活狀況以及現時全球的經濟環境，對上訴人提早出獄是否能不再犯罪及以負責任方式生活抱有疑問，從而認為尚需要再觀察上訴人，方能確信其價值觀已改正並已提高守法意識。
17. 誠然，原審法院過於衡量既判案的事實情節或上訴人犯罪時的人格，而忽略了上訴人在服刑期間作出的積極悔改，優良的人格演變成果。
18. 上訴人認為，在判定假釋的著眼點並非繼續評論上訴人觸犯罪行時的情節或當時的生活，否則，就是再度審判。
19. 上訴人在上一次假釋聲請被否決後仍能維持良好的獄中表現，顯示上訴人在接受教改的過程中，確實顯示其人格呈現大幅度正面的演變。
20. 在服刑期間的行為總評價由最初的「差」調整為現時的「良」，且被界定為「信任類」，此一正面的演變亦獲得獄方的認同。
21. 另一方面，原審法院指出需要時間再加以觀察，方能確信倘釋放

上訴人，其價值觀已改正並已提高守法意識。

22. 事實上，此一要求正是需要透過假釋，即上訴人在提前獲得自由的情況下，給予其過渡期，重回社會現實生活，方能實施上指的觀察，這正是假釋的考驗制度。
23. 正如尊敬的中級法院於第 67/2023 號合議庭裁判的精闢見解指出：“我們知道，假釋並不是刑罰的終結。它的最有效的作用就是在罪犯完全被釋放之前的一個過渡期讓罪犯能夠更好地適應社會，而完全的融入這個他將再次生活的社會。這種作用往往比讓罪犯完全的服完所判刑罰更為有利。”。
24. 因此，上訴人認為符合《刑法典》第 56 條第 1 款 a 項特別預防之要件。
25. 就一般預防要件方面，原審法院認為上訴人所觸犯的罪行的一般預防要求較高，其認為仍未足以消除本案犯罪對社會秩序及安寧所造成的負面影響。倘提早釋放上訴人，將對潛在的犯罪份子釋出錯誤的訊息，削弱本澳法律的威懾力，將不利於社會安寧。
26. 然而，法律並沒有規定觸犯何種罪行不可獲假釋，又或曾犯嚴重罪案者就不可申請假釋。
27. 倘若忽視被判刑人於服刑期間的滿足特別要件規定所帶出的教育效果，會令社會大眾產生錯覺 - 「而使人們產生“嚴重罪行不能假釋”的錯誤印象。」(中級法院於第 67/2023 號的合議庭裁判)
28. 上訴人自上一次假釋聲請被否決後仍能維持良好的獄中表現，在服刑期間的行為總評價由最初時的「差」調整為「良」，被界定為信任類。顯示上訴人在接受教改的過程中，確實顯示其人格呈現大幅度正面的演變。
29. 從上訴人對公共部門服從的態度來看，亦體現出被侵犯的公共部門之權威以及被擾亂之公共秩序得以平復。

30. 換言之，釋放一個現已表現出完全能服從公共部門權威及尊重公共秩序之被判刑者並不會影響社會對上訴人曾觸犯之法律的信心，相反，客觀而言應該是可合理預見社會會增加對相關刑法規範之預防性效力的信任。
31. 除此之外，上訴人并非本地居民，在出獄後需要立即離開本地區。
32. 根據本澳法律的規定，在本地區作出犯罪行為的非本地居民均會被禁止進入本澳一段長的時間。
33. 所以，上訴人出獄後在本澳犯法的概率非常低，即使上訴人獲得假釋亦不會影響澳門的法律秩序及社會的安寧。
34. 因此，上訴人的狀況亦符合《刑法典》第 56 條第 1 款 b 項一般預防之要件。
35. 綜合上述，結合案中多項情節，已顯示上訴人具備充分條件符合《刑法典》第 56 條予以假釋的多項前提，被上訴批示因此違反《刑法典》第 56 條及第 40 條的規定，懇請尊敬的法官 閣下撤銷被上訴批示之決定並批准上訴人假釋之聲請。

結合案中多項情節，已顯示上訴人具備充分條件符合《刑法典》第 56 條予以假釋的多項前提，被上訴批示因此違反《刑法典》第 56 條及第 40 條的規定，懇請尊敬的 法官閣下撤銷被上訴批示之決定並批准上訴人假釋之聲請。

檢察院對上訴人的上訴理由作出答覆：

1. 上訴人不服否決假釋申請批示，認為違反《刑法典》第 56 條第 1 款規定，請求撤銷該批示，並批准假釋申請。對此，本檢察院不予認同。
2. 在特別預防方面，上訴人於獄中初期曾因兩宗違規行為而被處罰，儘管近年表現有改善再無違規的情況出現，但從服刑裁判可見，

與上訴人相關的毒品遠超法定每日用量，而且作案時三十多歲已是心智成熟的年齡，結合多年服用毒品的習慣，至今尚未能穩妥地期望上訴人一旦獲釋，將能以對社會負責的方式生活、不再犯罪及重回正軌，尚需要一定時間作觀察，因此，原審法院認為尚未符合特別預防的看法，並無不妥或錯誤之處。

3. 在一般預防方面，考慮到上訴人非本澳居民，與上訴人相關的毒品遠超法定每日用量，為賺取不法利益，上訴人以旅客身份伙同他人將該等毒品從香港帶進本澳，並將該等毒品出售予他人，上訴人所觸犯的販毒罪，且作案手法具有一定團伙組織性，所犯的罪行對社會的影響及危害性相當嚴重，同時，此類型犯罪在澳門日益增多，而且越趨年輕化，打擊毒品犯罪從而阻止毒品犯罪的漫延及維持社會安寧是社會大眾的共同願望，因此，原審法院認為尚未符合一般預防的看法，並無不妥或錯誤之處。
4. 綜上所述，由於上訴人尚未符合“實質要件”的特別預防及一般預防，本檢察院認為：否決假釋的決定並無不妥或錯誤之處，上訴理由不足，應予駁回。

在本上訴審程序中，尊敬的助理檢察長閣下提交了法律意見。<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> 其葡文內容如下：

Inconformado com a decisão do indeferimento da concessão da liberdade condicional, exarado pela Mtm. J.I.C., datado de 02/08/2024, o recluso A vem recorrer para o Tribunal da 2<sup>a</sup>. Instância, invocando a violação do art.º 56 do C.P.M..

Entendemos que, não deve ser reconhecida razão ao recorrente A, por não se vislumbrar violação da norma ora invocada.

Entendemos que, em conformidade da douta resposta à motivação do Digno Magistrado do M.P. (v. Fls. 139), não deve ser reconhecida razão ao recorrente B, por não estarem preenchidos os pressupostos da aplicação da liberdade condicional.

Por força do art.º 56 n.º 1 do C.P.M., a concessão da liberdade condicional depende da coexistência do pressuposto formal e do pressuposto material.

É considerado como pressuposto formal da concessão da liberdade condicional, que o condenado tenha já cumprido dois terços da pena de prisão e no mínimo de seis meses. Já o pressuposto material abarca a ponderação global da situação do condenado à vista da necessidade da prevenção geral e prevenção especial. sendo a pena de prisão objecto de

---

aplicação da liberdade condicional quando resultar um juízo de prognose favorável ao condenado em termos da aceitável reintegração do agente na sociedade e da defesa da ordem jurídica e da paz social.

Neste sentido, a aplicação da liberdade condicional nunca é feita pela lei com o carácter automático, ou seja, não é obrigatório aplicá-la mesmo estando preenchido o pressuposto formal, tendo de mostrar-se satisfeito o pressuposto material.

Permitimo-nos mencionar desde já a condição da concessão de liberdade condicional interpretada pelo ilustre Tribunal Colectivo do T.S.I., encontrando-se recentemente no Proc. n.º 213/2013, de 25/04/2013:

“A liberdade condicional é de conceder caso a caso, dependendo da análise da personalidade do recluso e de um juízo de prognose fortemente indiciador de que o mesmo vai reinserir-se na sociedade e ter uma vida em sintonia com as regras de convivência normal, devendo também constituir matéria de ponderação, a defesa da ordem jurídica e da paz social.”

Em relação de juízo de prognose favorável, o Prof. Jorge de Figueiredo Dias ensinou-nos assim:

“... se ainda aqui deve exigir-se uma certa medida de probabilidade de, no caso da libertação imediata do condenado, estes conduzir a sua vida em liberdade de modo socialmente responsável. Sem cometer crimes, essa medida deve ser a suficiente para emprestar fundamento razoável à expectativa de que o risco da libertação já possa ser comunitariamente suportado.” (Direito Penal português - As consequências Jurídicas do Crime, 2ª. Reimpressão, Jorge de Figueiredo Dias, §850).

Além do juízo de prognose favorável, o Prof. não deixou de afirmar a obrigação de respeitar exigências de prevenção geral positiva, pois pode “... o reingresso do condenado no seu meio perturbar gravemente a paz social e pôr assim em causa as expectativas comunitárias na validade da norma violada. Por outro lado, da aceitação do reingresso pela comunidade jurídica dependerá, justamente, a suportabilidade comunitária da assunção do risco da libertação que, como dissemos, é o critério que deve dar a medida exigida de probabilidade de comportamento futuro sem reincidência.” (Direito Penal Português - As consequências Jurídicas do Crime, Jorge de Figueiredo, §852).

In casu, formulou um parecer o Sr. Director do Estabelecimento Prisional de prognose social favorável ao recorrente. No entanto, parecer este, não tem a concordância do Tribunal recorrido, tendo em conta a instabilidade do desenvolvimento da personalidade do recorrente, que se configura na desconfiança do Tribunal recorrido quanto à reinserção social dentro de um espírito de responsabilidade do recorrente (cfr. fls. 260 v. a 261 v.).

Por outro lado, entendemos que muito bem é a douta decisão recorrida, nos termos da prevenção, tendo em conta o tipo e a natureza do crime de tráfico de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas, cuja gravidade é de conhecimento de todos, bem como a maneira pela qual o recorrente optou para praticar o tal crime, cremos que são fortes as exigências de prevenção geral.

Pois a natureza e gravidade dos actos criminais cometidos são sempre partes dos elementos de consideração de que o Tribunal tem de curar, quer na fase de julgamento, quer na decisão da aplicação da liberdade condicional.

Em referência à natureza e à gravidade da consequência jurídica do crime de tráfico de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas, como é do conhecimento geral, a criminalidade relacionada com este tipo de actividade ilícitas tem criado muitos e sérios problemas sociais, relevando exigências de prevenção geral que se constituem como prejuízo e riscos para a saúde pública e a perturbação da tranquilidade social.

## 一、事實方面

本院認為，案中的資料顯示，下列事實可資審理本上訴提供事實依據：

- 上訴人 A 於第 CR4-18-0262-PCC 號卷宗內，因觸犯一項第 17/2009 號法律第 8 條規定及處罰的「不法販賣麻醉藥品及精神藥物罪」，被判處 7 年實際徒刑。
- 判決已生效，上訴人現正在服刑，將於 2024 年 12 月 4 日服完全部徒刑，並且已於 2022 年 8 月 4 日服滿了 2/3 刑期。
- 監獄方面於 2024 年 6 月 7 日向刑事起訴法庭提交了假釋案的報告書（其內容在此視為全部轉錄）。
- 上訴人 A 同意假釋。
- 上訴人 A 第三次申請假釋。
- 刑事起訴法庭於 2024 年 8 月 2 日作出批示，否決了對 A 的假釋。

## 二、法律方面

上訴人認為已經符合假釋的條件，否決假釋的決定違反了《刑法典》第 56 條的規定。

《刑法典》第 56 條規定：

---

No caso sub judice, tendo em consideração a realidade social de Macau e a rigorosa exigência da prevenção geral quanto ao tipo de crime praticado pelo recorrente, bem como a influência negativa que a liberdade antecipada do recorrente virá trazer para a comunidade, nomeadamente, o prejuízo da expectativa da eficiência das leis, temos de afirmar que a concessão da liberdade condicional seria, muito provavelmente, incompatível com a ordem jurídica e a paz social, nos termos do disposto n.º 56 n.º 1 do C.P.M..

Pelo exposto, concordando como a douda decisão recorrida, não conseguimos chegar a um juízo de prognose favorável ao recorrente para lhe conceder a liberdade condicional, por não vermos que as condições em que o recorrente se encontra encontrem eco no disposto do art.º 56 n.º 1 do C.P.M..

Concluindo, entendemos que deve ser rejeitado o recurso interposto por ser improcedente.



“一.當服刑已達三分之二且至少已滿六個月時，如符合下列要件，法院須給予被判徒刑者假釋：

- a) 經考慮案件之情節、行為人以往之生活及其人格，以及於執行徒刑期間在人格方面之演變情況，期待被判刑者一旦獲釋，將能以對社會負責之方式生活而不再犯罪屬有依據者；及
- b) 釋放被判刑者顯示不影響維護法律秩序及社會安寧。

二.假釋之期間相等於徒刑之剩餘未服時間，但絕對不得超逾五年。

三.實行假釋須經被判刑者同意。”

從這個規定看，是否批准假釋，除了要符合形式上的條件（服刑已達三分之二且至少已滿六個月）以外，集中在要符合特別及一般犯罪預防的綜合要求的實質條件上。

在特別的預防方面，要求法院綜合罪犯在服刑過程中的表現，包括個人人格的重新塑造，服刑中所表現出來的良好的行為等因素而歸納出罪犯能夠重返社會、不會再次犯罪的結論。

而在一般預防方面，則是集中在維護社會法律秩序的要求上，即是，綜合所有的因素可以讓我們得出罪犯一旦提前出獄不會給社會帶來心理上的衝擊，正如 Figueiredo Dias 教授的觀點，“即使是在對被判刑者能否重新納入社會有了初步的肯定判斷的情況下，也應對被判刑者的提前釋放對社會安定帶來嚴重影響並損害公眾對被觸犯的法律條文的效力所持有的期望的可能性加以衡量和考慮，從而決定是否應該給予假釋”；以及所提出的，“可以說釋放被判刑者是否對維護法律秩序及社會安寧方面造成影響是決定是否給予假釋所要考慮的最後因素，是從整個社會的角度對假釋提出的一個前提要求。”<sup>2</sup>

那麼，我們看看上訴人是否符合假釋的條件。

在獄中，上訴人空閒時喜歡做運動和看書。於 2023 年 6 月 27 日開

---

<sup>2</sup> In Direito Penal Português, Ao Consequências Jurídicas do Crime, 1993, pp. 538-541.

始參與印刷職訓。上訴人於 2021 年 4 月 12 日因違反第 40/94/M 號法令第 74 條 h) 項，而被處罰收押紀律囚室並剝奪放風權利 3 日。另外亦於 2021 年 4 月 21 日因違反第 40/94/M 號法令第 74 條 b) 項，而被處罰收押紀律囚室並剝奪放風權利 3 日。上訴人被列為“信任類”，其行為總評價為“良”。

雖然，獄方監獄長及社工在第一次的假釋程序均對上訴人的假釋提出否定的意見，但是，從第二次假釋程序之後就已經轉為提出肯定的意見。單就這一點就足以說明，上訴人在服刑期間的表現已經令監獄各方表示滿意，顯示其在犯罪的特別預防方面得出對他的提前釋放有利以及已經滿足《刑法典》第 1 款 a 項的要求的結論。

誠然，我們一直認為囚犯的犯罪後的表現，尤其是在服刑期間在主觀意識方面的演變情況顯示出有利的徵兆，亦不是當然地等同於假釋出獄後不會對社會安寧及法律秩序造成危害，這不單取決於其本人的主觀因素，而更重要的是考慮這類罪犯的假釋所引起的消極社會效果，假釋決定使公眾在心理上無法承受以及對社會秩序產生一種衝擊等負面因素，我們也同樣一直強調，在考慮衡量是否給予假釋的因素的時候，必須在犯罪預防的兩個方面取得一個平衡點，一方面，假釋並不是刑罰的終結，它的最有效作用是在罪犯完全被釋放之前的一個過渡期讓罪犯能夠更好地適應社會，而完全的融入這個再次生活的社會，更不應該因片面強調犯罪的一般預防而令人產生嚴重的罪刑不可能獲得假釋的誤解。在本案中，上訴人雖為香港居民而顯示出在重返社會方面接受輔導的不利因素，而且上訴人所實施的犯罪與毒品有關的嚴重罪行，但是，上訴人在澳門為初犯的囚犯，在服刑期間的良好表現，尤其是家庭的鼓勵，以及上訴人本人因入獄而不能陪伴自己的未成年子女以及不能履行父親的責任對其帶來的心靈衝擊，這些因素已經能中和其犯罪行為對社會法律秩序所帶來的衝擊，對其的提前釋放並不會使公眾在心理上無法承受以及對社會秩序產生一種衝擊，也就可以得出結論，上訴人已經滿足了《刑法典》第 56 條第 1 款的所有條件，法院可對其作出假釋的決定。

因此，上訴人的上訴理由成立，廢止被上訴的決定，決定給予假釋。

### 三、決定

綜上所述，本合議庭決定判處上訴人 A 的上訴理由成立，廢止被上訴的決定，決定給予假釋。

上訴人必須保持良好行為，在假釋期間不得前來澳門。

無需決定本案訴訟費用的支付。

確定上訴人的委任辯護人的費用為 2500 澳門元，由終審法院院長辦公室支付。

澳門特別行政區，2024 年 10 月 3 日

---

蔡武彬  
(裁判書製作人)

---

陳廣勝  
(第一助審法官)

---

譚曉華  
(第二助審法官)